

Série de reportagens da CNN revelam possíveis irregularidades em locações de veículos no Congresso Federal

Títulos das reportagens:

Servidor é suspeito de operar ilegalmente locadora de carros na Câmara; ele nega
Deputado consta como dono de carro que alugou com verba pública durante mandato
Carro alugado com verba pelo senador Jorginho Mello pertence a assessores
MP pede que TCU, Câmara e MPF investiguem possíveis fraudes em locação de carros

As reportagens publicadas na CNN formam uma série de matérias sobre irregularidades nos contratos de locação de veículos por Deputados Federais, que pagaram os serviços com recursos da Cota Parlamentar, uma verba destinada a cobrir despesas dos parlamentares. As matérias foram publicadas na Televisão e no site da CNN.

Um ex-servidor da câmara denunciou o esquema ao jornalista José Brito, que deu início às investigações e descobriu que a empresa Gold Car estava em nome da esposa de um funcionário do Congresso. Em seguida, Vital Neto fez análise de dados das mais de quatro mil notas fiscais de serviços emitidas por empresas que locam carros para deputados.

Enquanto José Brito se aprofundou nas investigações das conexões dos políticos com as empresas e os familiares dos proprietários, Vital Neto utilizou bases de dados públicas do Congresso para fazer análise das despesas em programação R e cruzar com o banco de informações da Receita Federal.

As investigações, que levaram mais de um ano, foram necessárias, pois a justiça brasileira não tinha conhecimento dos possíveis crimes e a fiscalização da Câmara não identificou as irregularidades quando fez análise das notas fiscais.

Descobriu-se que quem negociava contratos da empresa Gold Car era o servidor que trabalhava na câmara, o que seria irregular. Além disso, um de seus clientes era um político que mais tarde ofereceu um novo cargo a ele.

Na segunda reportagem, revelou-se que um dos deputados locou um veículo do qual se tornou proprietário ao deixar o cargo. O valor total das locações superou o valor de mercado do carro e a empresa que fez a negociação chegou a ser investigada pela Câmara.

A terceira reportagem mostrou que um Senador locou um carro de uma mesma empresa por mais de uma década e que este veículo era de propriedade de um de seus assessores e depois passou para o nome de outro. A filha do dono da empresa que fechou os contratos com o senador foi funcionária do filho do Senador, que era secretário na prefeitura de Florianópolis.

O resultado da investigação foi a abertura de investigações internas dentro da Câmara dos Deputados, um pedido do Ministério Público para que o Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal investiguem o caso e uma multa aplicada pela Câmara ao Senador, que precisou devolver parte do valor das locações que fez além do limite permitido pelo Congresso.

Links:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/servidor-e-suspeito-de-operar-ilegalmente-locadora-de-carros-na-camara-ele-nega/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/carro-alugado-com-verba-pelo-senador-jorginho-mello-pertence-a-assessores/>

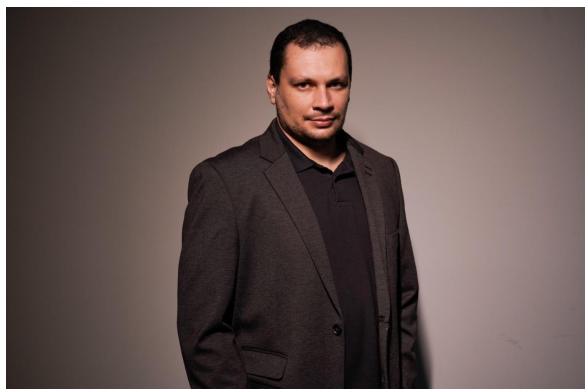
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputado-consta-como-dono-de-carro-que-alugou-com-verba-publica-durante-mandato/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mp-pede-que-tcu-camara-e-mpf-investiguem-possiveis-fraudes-em-locacao-de-carros/>

Biografias:



Jornalista da Amazônia vivendo, há 12 anos, em São Paulo. Sempre em busca de grandes histórias, denúncias e personagens incríveis para documentários jornalísticos e reportagens de grande formato. Foco em jornalismo investigativo com uso de dados, microcâmera, câmera escondida, entrevistas especiais e Lei de Acesso à Informação. Experiência também em videoreportagem, reportagem digital, edição e produção executiva em projetos audiovisuais com parceiros do exterior. Atualmente, coordena o Núcleo Investigativo da CNN Brasil.



Vital Neto é produtor assistente na CNN Brasil, com formação em engenharia e jornalismo. Nasceu no Rio Grande do Sul, mas cresceu e se formou em São Paulo. Seu foco é em jornalismo investigativo e em jornalismo de dados, com utilização de softwares de análise de dados, como o R Studio e o Excel. Também utiliza as leis brasileiras de transparência para a obtenção de documentos de domínio público, como dados de empresas e de gastos dos poderes legislativo, executivo e judiciário.